



PRIMEIRO MINISTRO

**ALOCUÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DO DIÁLOGO MINISTERIAL ÁSIA-PACÍFICO:
DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO À
AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PÓS-
2015**

UNESCAP

BANGUECOQUE, TAILÂNDIA

26 de Agosto de 2013

Excelências,
Distintos delegados,
Senhoras e senhores,

Na qualidade de Presidente da sexagésima nona sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico, é com grande prazer que participo nesta reunião tão oportuna.

Em nome dos 62 países e territórios membros e associados da Comissão, gostaria de agradecer ao Governo da Tailândia por ter tido a iniciativa de organizar esta reunião tão importante e por apoiar financeiramente a participação dos membros menos desenvolvidos, dos membros sem ligação ao mar e dos estados-ilha do Pacífico em vias de desenvolvimento que são membros da Comissão. Gostaria igualmente de agradecer a S. Exa. Dra. Noeleen Heyzer, Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas e Secretária Executiva da CESA, bem como ao seu pessoal, pela sua cooperação na organização, cofinanciamento e preparação desta reunião.

Excelências,
Distintos delegados,
Senhoras e senhores,

Há quase 15 anos, na viragem do século, a humanidade tomou a decisão colectiva solene, na Cimeira do Milénio da ONU, de reduzir a pobreza para metade e garantir que os frutos da prosperidade chegassem a um maior número de pessoas. Chegámos agora a um cruzamento importante na nossa jornada colectiva.

Na Ásia e no Pacífico, embora não tenhamos concretizado todos os objectivos e alvos que estabelecemos para nós próprios, conseguimos ainda assim fazer progressos na maior parte deles. Ao prepararmos a agenda pós-2015, precisamos de visar a erradicação da pobreza e o assegurar de um futuro sustentável para todos os homens, mulheres e crianças. Temos de reconhecer que, embora o nosso destino colectivo seja o mesmo, os nossos percursos e velocidades tenderão a ser diferentes. Alguns de nós chegarão ao destino mais cedo do que outros. Alguns seguirão um caminho diferente e mais adaptado às suas circunstâncias específicas. Assim sendo, a agenda de desenvolvimento pós-2015 tem de permitir a todos nós escolher o caminho e a velocidade que consideramos melhor para os nossos países.

O g7+, o grupo de estados frágeis ao qual o meu país actualmente preside, considera que a agenda de desenvolvimento pós-2015 precisa de integrar crescimento económico inclusivo, construção da paz e construção de estados, gestão de alterações climáticas e gestão ambiental. Não podemos conseguir um futuro melhor para o nosso povo e para o nosso ambiente sem que haja paz, estabilidade e estado de direito.

A experiência de Timor-Leste mostra que quando há um empenho firme para com o interesse do país e para com o bem-estar das pessoas, as crises podem ser elementos catalisadores do desenvolvimento e do progresso.

A acção colectiva global pode ajudar-nos a lidar com desafios fora do nosso controlo, sendo que com as políticas correctas podemos ser capazes de construir instituições efectivas que conduzam a sociedades justas, pacíficas e sustentáveis. O quadro de desenvolvimento pós-2015 deve ajudar-nos a concretizar e a reforçar o nosso imenso potencial.

Estou muito optimista em relação ao nosso futuro colectivo. Reafirmo que com as políticas correctas a nível nacional, com o investimento necessário, com parcerias com a sociedade civil e o sector privado, e com acção colectiva a nível global e regional, temos potencial para construir sociedades pacíficas, vibrantes, justas, resilientes, inclusivas e sustentáveis.

A cooperação regional, sub-regional e entre regiões, em especial a cooperação Sul-Sul, será um motor fundamental da mudança enquanto continuamos a desenvolver as nossas estratégias de desenvolvimento nacional, criamos as nossas capacidades e contribuimos para a formulação da agenda de desenvolvimento pós-2015. Aqui será crucial o papel da CESAP, uma vez que é a plataforma intergovernamental mais inclusiva na Ásia e no Pacífico. A Comissão pode conduzir estudos políticos e análises sobre questões críticas e emergentes, levando-os posteriormente à atenção dos Estados membros para que estes possam discutir políticas intergovernamentais e tomar decisões. A Comissão pode então desenvolver a capacidade dos Estados membros em relação a estas questões através de cooperação técnica a nível regional e do fomento de parcerias com outros parceiros de desenvolvimento dentro e fora do sistema da ONU. Este Diálogo Ministerial é um bom exemplo da cooperação regional que pode ter lugar sob os auspícios da Comissão.

Para concluir, permita-me que agradeça uma vez mais ao Governo da Tailândia por organizar e financiar este Diálogo que nos permitirá discutir a agenda de desenvolvimento pós-2015 da perspectiva da Ásia e do Pacífico. Na qualidade de actual Presidente da Comissão, desejo ardentemente que estas consultas regionais continuem ao longo dos próximos meses, de modo a que nós, os decisores políticos na Ásia e no Pacífico, possamos estar informados sobre os desenvolvimentos mais recentes a nível mundial e tenhamos a oportunidade de informar as partes a nível mundial sobre as preocupações e prioridades regionais na formulação e operacionalização da Agenda de Desenvolvimento da ONU pós-2015.

Muito obrigado.

26 de Agosto de 2013

Kay Rala Xanana Gusmão